

João Diogenes Ferreira dos Santos
Tânia Rocha Andrade Cunha
Acácia Batista Dias
Organizadores

ENTRECRUZANDO SABERES: GÊNERO, SEXUALIDADE,
MEMÓRIA E VIOLÊNCIA

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



NAVEGANDO

MULHERES TAMBÉM VÃO À LUTA NO CAMPO PIAUIENSE: O IMPORTANTE PAPEL DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO MARRECCAS NO PIAUÍ (1985-1994)*

*Marcones Herberte de Souza Lima Aguiar¹
João Diogenes Ferreira dos Santos²*

O presente texto trata sobre o papel desempenhado pelas mulheres durante o período de 1980, realizado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra). Nessa perspectiva, mostraremos a importância das mulheres durante todo o processo de ocupação, e na formação dos mais diversos setores dentro do acampamento, principalmente, no setor de educação, no qual as mulheres foram as grandes lideranças. Essa análise partiu, principalmente, das memórias das assentadas que ainda permanecem na Marrecas e que eram lideranças naquele período.

O trabalho é construído a partir dos postulados teóricos de E. P. Thompson (2011, 2012), levando em consideração o conceito de experiência, assim como Halbwachs (2003) e o conceito de memória coletiva, além de outros autores que discutem a temática. Para o desenvolvimento do referido trabalho lançamos mão em um primeiro momento da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Deste modo, a pesquisa nos possibilitou observar que durante essa construção, as mulheres não foram apenas objetos do processo, a maior parte delas constituíram-se em sujeitos ativos desse importante episódio da luta do povo camponês do Piauí.

Para uma análise sobre o papel desempenhado pelas mulheres dentro da ocupação Marrecas, faz-se necessário observamos como as mesmas estão inseridas na sociedade e como a discussão de gênero é importante para compreensão da desigualdade entre homens e mulheres, pois tal categoria segundo Torráo Filho (2005, p. 129) “[...] teria a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional [...]”.

Assim, a discussão das mulheres a partir da categoria gênero torna-se mais ampla, uma vez que, engloba relações mais complexas entre mulheres e homens, englobando as relações de poder historicamente construídas entre os sexos (TORRÃO FILHO, 2005). Nessa perspectiva o MST não é exceção, ou seja, termina reproduzindo em seus acampamentos e assentamentos os desvios resultantes do machismo estrutural consolidado em nossa sociedade, mesmo di-

*DOI- 10.29388/978-65-81417-25-3-0-f.29-46

¹ Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB) – BRASIL – Email: marcones.lima@ifma.edu.br

² Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e do Programa de Memória: Linguagem e Sociedade (UESB) – BRASIL – Email: jdigenes69@gmail.com

ante das lutas e do protagonismo das mulheres em vários momentos dentro do Movimento.

Logo, para essa análise é necessário entendermos como a discussão de gênero vem sendo apresentada, principalmente, dentro desse movimento social. E para isso, devemos localizar e compreender o surgimento das/dos Sem Terra no tempo e no espaço. Deste modo, temos as lutas pela terra fazendo parte de um contexto maior de lutas sociais que se desenvolvem a partir da crise da ditadura militar³ (1964-1985), esses cenários por sua vez, são bem apresentados por Eder Sader em seu livro “Quando os novos personagens entram em cena”.

O que talvez seja um elemento significativo, que diferencia os movimentos sociais da década de 70, é que eles não apenas emergiam fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão. Ou seja, embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma “superior” e “sintetizadora”. [...]. A pluralidade de movimentos não está indicando nenhuma compartimentação de supostas classes sociais ou camadas sociais diversas. Está indicando diversas formas de expressão. [...]. Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência (SADER, 1988, p. 198-199).

Sader (1988) observa singularidades nas formas dos movimentos sociais se organizarem e atuarem diante da realidade, a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980. De acordo com o autor, esses movimentos passaram a responder melhor à realidade apresentada naquele período, se comparados com as matrizes discursivas (sindicatos, partidos políticos) tradicionais existentes até então. Os movimentos que estavam surgindo traziam novas formas de organização e de pensar a realidade. Além disso, esses movimentos traziam em seu bojo outros personagens como as mulheres que atuavam nos mais variados movimentos sociais, como por exemplo as mulheres organizadas pelos clubes de mães em São Paulo, que tinham na figura feminina a referência política.

Nos anos da década de 1980 se consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo. Nós trabalhadoras rurais construímos a nossa própria organização. Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da

³ Período da história brasileira que durou 21 anos (1964-1985), em que os militares com apoio das elites nacionais, por meio de um golpe destituíram o até então presidente João Goulart, e iniciaram um governo de exceção, com repressão aos opositores e aos movimentos sociais, resultando em centenas de mortos e milhares de desaparecidos.

mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria, ...), participação política entre outras (Movimento das Mulheres Camponesas -MMC, 2005, p. 01).

No tocante a luta pela terra e mais especificamente ao MST, é em 1984 que se cria formalmente o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST. Segundo Stédile (1999) o movimento surge a partir de um emaranhado de elementos que envolve desde a questão macroeconômica até os aspectos específicos da luta camponesa. Nesse sentido, o MST representou a construção de um movimento de massas que tinha como objetivo construir a reforma agrária e lutar contra as injustiças impostas pela burguesia capitalista, no campo e na cidade:

O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasceu da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região centro-sul do Brasil, e que aos poucos foram se *territorializando* pelo país inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná. Esse encontro teve participação de trabalhadores rurais de doze estados, onde já se desenvolviam ocupações ou outras formas de luta ou de resistência na terra, bem como de diversas entidades que se colocavam como apoiadoras ou, em alguns casos, articuladoras dessas lutas (CALDART, 2012, p. 105).

O primeiro Encontro Nacional do Movimento foi importante, pois foi onde pôde ser apresentado um panorama da luta pela terra em todo o país, uma vez que o encontro contava com a presença de camponeses e camponesas de todas as regiões do Brasil. Também foram discutidos e construídos os principais objetivos do MST, assim como pensadas estratégias para difusão do movimento em todo o território nacional. A participação de entidades como a CUT⁴, Conselho Indigenista Missionário – CIMI⁵, também foram fundamentais para dar legitimidade e construir a união na luta pela terra no país (CALDART, 2012).

Como observado acima, o MST nasce dentro de um processo de reorganização dos movimentos sociais, com novos agentes e interlocutores/interlocutoras. Dentro desse processo, no caso dos movimentos sociais de campo,

⁴ A Central Única dos Trabalhadores representa a maior central sindical existente no Brasil, congregando a maior parte dos sindicatos do país. Foi fundada em 28 de agosto de 1983 em São Paulo no final do período da ditadura militar. Vale destacar que a central sindical fez parte do movimento pela redemocratização do país, e nos anos 2000 sofreu uma série de rupturas dos grupos internos que atuavam mais à “esquerda”. Ver CUT <<https://cut.org.br/conteudo/historico/>>

⁵ É uma organização ligada a Igreja Católica, mais especificamente, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, foi criada em 1972, em pleno auge da ditadura militar, visando integrar os povos indígenas à sociedade brasileira, assim como, atuar como mediador dos conflitos de terras resultantes do processo de demarcação das terras indígenas. Ver CIMI <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/>>

nota-se que desde a década de 1970 com a CPT⁶ (Comissão Pastoral da Terra) as mulheres tiveram participação na organização e desenvolvimento das lutas, possibilitando a transgressão da invisibilidade historicamente construída, no aspecto social e político (SCHWENDLER, 2015). Nessa perspectiva, as/os Sem Terra apresentam uma visão diferente sobre o lugar da mulher e sua importância na luta pela terra e na transformação da sociedade.

A coesão é uma condição básica na organização da luta, e o MST a vê como fundamental para evitar o isolamento, principalmente das mulheres, dos jovens e crianças. Nesse sentido, a participação das mulheres nos diferentes setores e instâncias do Movimento é considerada essencial.

A preocupação do MST com questão de **gênero** consubstanciou-se numa das deliberações do 4º Encontro Nacional, realizado na Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, no início de 1988: “priorizar a organização dos jovens e mulheres em todos os níveis dos assentamentos”. Em seu documento “A reforma agrária necessária”, o Movimento coloca como fundamental “contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhe direitos iguais” (MORISSAWA, 2001, p. 211. Grifo do autor)

Contudo, esta análise sobre a atuação das mulheres e as discussões sobre gênero dentro do movimento são complexas, e não consegue se expressar na construção de documentos voltados à atuação e à presença das mulheres dentro do Movimento. Nessa perspectiva é importante mencionar que, embora as mulheres fossem protagonistas de muitas lutas no campo brasileiro como apresentado acima por Morissawa (2011), o MST segundo Silva (2004) em um primeiro momento, não desenvolveu discussões acerca de como o machismo estruturado na sociedade brasileira afetava o Movimento, e como a discussão de gênero era secundarizada. Assim, a questão da mulher, mais tarde ampliada para questão de gênero, era tratada apenas de forma interna, não sendo entendida como um problema do Movimento, e que poderia levá-lo até à sua própria destruição.

Nesse sentido, podemos observar que o protagonismo feminino nos processos de ocupação realizados pelo MST, não reflete necessariamente, que a mulheres gozavam ou gozam de uma igualdade de gênero dentro do Movimento. Mesmo que em muitos documentos apresentados pelas/os Sem Terra, as mulheres sejam apresentadas como iguais, e isso fica evidente nas conclusões apresentadas por Marisa Farias (2011, p. 4):

Muitas disputas são pautadas em concepções diferentes que orientam as ações para o alcance do projeto de sociedade desejado. Princípios que poderiam gerar novos saberes e contraideologias em diversos campos, como o de gênero – interesse maior neste momento – cumprem a fun-

⁶ Fundada em 1975, formada, principalmente, por bispos e clérigos da Igreja Católica, que tinham inspiração na corrente religiosa conhecida como Teologia da Libertação. Esta organização passa a defender a reforma agrária, assim como, organiza os camponeses de várias regiões do país para lutar pelo seu direito à terra. (LIMA, 2017)

ção de reprodução de modelos e comportamentos estruturados na divisão sexual do trabalho, na hierarquização entre mulheres e homens na esfera decisória, intensificando-se, assim, as desigualdades de gênero e as relações de poder.

Deste modo, encontra-se um distanciamento entre o que é apresentado teoricamente dentro do MST, e como realmente são construídas as relações de gênero no interior do mesmo. Esse distanciamento pode ser observado quando analisamos a fala que um dos principais dirigentes João Pedro Stédile que procura dar um peso equânime para todos os membros da família dentro do Movimento, “Participam o idoso, a mulher e as crianças” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 32), mas que se confronta com as falas de muitas mulheres dirigentes do MST ao afirmarem que, principalmente, após o período de acampamento, é diminuído o poder de decisão das mesmas no Movimento, por passarem atuar mais no espaço doméstico.

Destarte, deve-se entender o Movimento Sem Terra como um espaço marcado pelas contradições e pressões sociais, um espaço de luta das mulheres por uma igualdade de gênero que não fique apenas no discurso. Isso por sua vez, é possível pela forte atuação das mulheres na construção das ocupações de terras, como aconteceu na ocupação Marrecas na cidade de São João do Piauí, localizada no semiárido do piauiense, assim como, nas estratégias de resistências desenvolvidas por elas ao longo dos anos para se tornarem sujeitos de sua própria história.

A memória coletiva de mulheres do MST na reconstrução da história do assentamento Marrecas

A memória é observada a partir de várias perspectivas. Para Halbwachs (2003), ela constrói-se coletivamente. Em seu livro, *Memória Coletiva*, o autor discute sobre o processo de construção da memória (coletiva) e sua relação com a memória individual. Nessa relação, Halbwachs (2003) deixa claro que mesmo o ato de lembrar sendo individual, a lembrança estaria inserida em quadros de referência que se constroem a partir dos grupos, ou seja, mesmo que materialmente sozinha, as lembranças dos indivíduos se ancoram nas memórias construídas nos grupos:

Examinemos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade (HALBWACHS, 2003, p. 72).

As memórias dos indivíduos se ancoram na coletividade, nas lembranças dos outros, ou seja, as lembranças se fortalecem quando se está dentro do grupo. Sendo assim, todos os lugares ocupados pelo ser humano estão repletos de memórias. Nesses espaços, constroem-se vários grupos que se estabelecem a

partir das relações entre os indivíduos. Essa relação produz e é produzida por quadros de referências que posteriormente podem ser retomados para compreender parte do tempo e do espaço vivido.

É pensando a memória coletivamente a partir das relações com os outros que se assimila e se internaliza estes emolduramentos do passado, nos quais ela vai se constituindo como um processo e não como algo estanque. A memória forma processos de compreensão que organiza temporalmente os eventos, ajudando muitos indivíduos a dividir o tempo em passado, presente e futuro, onde o presente se apresenta como releitura do passado:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir repensar, com imagens ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 1994, p. 55).

Assim sendo, a memória não é um ente isolado no espaço, ela está sujeita à dinâmica social que o presente constantemente impõe ao passado. Desarte, as memórias de um indivíduo ou de um grupo seria uma entre várias possibilidades do passado que vai se reconstruindo a partir dos materiais que se têm no presente, elas nunca são o passado em si, mas uma releitura do mesmo a partir dos contextos sociais em que o indivíduo ou grupo estão inseridos.

A memória enquanto campo de disputas políticas, sociais e culturais, entre outros aspectos, também recebe um espaço de destaque dentro do MST; sendo utilizada como algo que constrói e consolida valores defendidos pelas camponesas e camponeses⁷. A memória coletiva para o MST ajuda a construir e desenvolver o próprio Movimento. Ela se encontra ancorada nos quadros de referências construídos pelos/pelas militantes nos processos de ocupações, cursos de formações, lutas, rituais da mística, etc.

Nessa perspectiva, as/os Sem Terra valorizam a preservação e o cultivo da memória dos camponeses e das camponesas, e do próprio MST, pois entende a importância de se cultivar a memória coletiva dentro do grupo para permanecer presente, em seu cotidiano, as lutas realizadas no passado. Como se fossem um alimento subjetivo da consciência militante para se permanecer lutando pela democratização da terra e pela transformação da realidade social existente no campo:

Cultivar a memória é mais do que conhecer friamente o próprio passado. Por isso talvez exista no MST uma relação tão próxima entre memória e

⁷ Utilizamos o termo camponesa e camponês, pois o próprio movimento se reconhece como tal. Além disso, porque o camponês carrega em si todo um conjunto de valores e cultura voltada para o campo. E deste modo, o camponês permanece vivo, ao mesmo tempo em que procura manter o seu estilo de vida e costumes, e ao longo deste processo o MST cumpre um papel importante, pois atua no sentido de possibilitar a permanência desses sujeitos no campo (MARQUÊS, 2008).

mística. Através da mística do movimento os Sem Terra *celebram* a sua própria memória, de modo a torná-la uma experiência mais do que racional, porque entranhada em todo o seu ser humano. Fazer uma ação simbólica *em memória* de um companheiro que tenha tombado na luta, ou de uma ocupação que tenha dado início ao Movimento em algum lugar, é educar-se para sempre *sentir* o passado como seu, e portanto, como uma referência necessária às escolhas que tiver que fazer em sua vida, em sua luta; é também dar-se conta de que a memória é uma experiência coletiva: ninguém ou nada é lembrado em si mesmo, deslocado das relações sociais, interpessoais [...] (CALDART, 2000, p. 58-59. Grifo do autor).

Ao iniciar esta análise observou-se que a difícil realidade vivenciada pelas camponesas e camponeses do semiárido piauiense, aprofundada pelas transformações nas relações de trabalho e no modo de vida das mesmas e dos mesmos, a partir da Revolução Verde⁸ nas décadas de 1960/70, os levava a experiências dramáticas. A luta diária de homens e mulheres para garantir o seu próprio sustento e o de suas famílias, ante a exploração dos grandes proprietários de terras, alimentava o sonho da conquista do seu próprio “pedaço de chão” para plantar, assim como também nutria o desejo de transformar o campo em um lugar melhor para se viver:

Assim, a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos entre, de um lado, o que se definia vagamente como “classes industriosas” e, de outro, a Câmara dos Comuns não reformada (THOMPSON, 2012, p. 414-415).

Thompson (2011, 2012) nos mostra em suas obras, o papel fundamental da experiência no processo do *fazer-se* classe, esse processo apresentado por ele pode nos ajudar a compreender o *fazer-se* de homens e mulheres, assim como do Movimento Sem Terra no Piauí. É nesse cenário que a experiência vivida se confronta e transforma a experiência percebida, produzindo um processo de construção histórica da consciência do grupo.

Essas experiências possibilitam aos camponeses e camponesas se entenderem como sujeitos dentro do processo de transformação de sua própria consciência. Resultado disso é a compreensão da existência de lados antagônicos (latifundiários x camponeses/camponesas) entre os grupos que compõem o

⁸ A Revolução Verde é o nome dado ao processo de modernização mundial da produção agrícola iniciado pós-segunda guerra mundial. O objetivo era criar tecnologias e insumos que possibilitassem aumentar a produção de alimento no mundo, isso passou a ser possível com a mecanização e intensificação da produção agrícola. Os resultados, entretanto, têm se mostrado maléficis ao meio ambiente, mas não só, esse processo tem gerado a expulsão de camponeses do campo e, no caso brasileiro, aumentado a concentração de terras nas mãos de grandes grupos do agronegócio, além de ter provocado o acirramento das disputas de terras entre esses grupos e os movimentos sociais rurais e indígenas. Ver NUNES, 2007. Artigo “O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de desenvolvimento rural”.

campo. Além disso, a partir das entrevistas⁹ observou-se que as mulheres camponesas participaram ativamente como protagonistas da construção do assentamento Marrecas e do próprio MST no estado, onde se organizaram a partir de um modo de vida e cultura comum ao campesinato, o que possibilitou o *fazer-se* camponês/camponesa Sem Terra.

A participação das mulheres camponesas na luta pela terra no semiárido piauiense

Como apontado anteriormente, as mulheres estavam presentes de forma ativa nos movimentos camponeses e urbanos desde antes da construção do MST, assim como tiveram importante participação na primeira ocupação do Movimento na fazenda Annoni¹⁰. Segundo Schwendler (2015) muitas mulheres que ingressaram no MST já tinham familiaridade com luta social desde o final da ditadura militar, no caso das mulheres camponesas, muitas já participavam dos Movimentos Eclesiásticos de Base – CEB's¹¹, como é o caso da maior parte das mulheres que apresentaremos nesse trabalho.

Maria de Jesus (52 anos) adolescente que queria continuar os estudos, mas impossibilitada pela falta de escolas na comunidade onde morava, e que passou a participar das liturgias da Igreja Católica, onde conheceu a CPT e as CEB's. Anísia (56 anos) e Arcanja (57 anos) jovens mulheres que a partir da educação constituíam lideranças de suas comunidades como professoras, e também participavam das CEB's. E Dona Antônia (78 anos), mulher casada mãe de muitos filhos, desde cedo teve que trabalhar nas terras alheias como ela gosta de dizer, e tornou-se uma das lideranças da CEB que tinha em sua comunidade.

De experiências acumuladas ao longo da vida, algumas como o sonho do acesso à terra, esperança velha, passada de gerações para gerações; outras únicas, apesar de comuns, como a morte de filhos famintos ou o abandono do pai, tradição que explica historicamente a constituição das mu-

⁹ As entrevistas realizadas foram semi-estruturadas, aconteceram entre novembro de 2016 e fevereiro de 2018, ao todo foram entrevistadas 06 mulheres que se destacaram como lideranças durante o período de ocupação da Marrecas e que ainda permanecem no assentamento até os dias de hoje.

¹⁰ Fazenda Annoni foi a primeira área ocupada pelo MST em 29 de outubro de 1985, por mais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, é um símbolo da luta do MST pela democratização do acesso à terra no campo brasileiro

¹¹ As Comunidades Eclesiásticas de Base - CEBs representam uma forma de organização ligada à Igreja Católica, onde os fiéis de uma paróquia se subdividem em pequenos grupos (comunidades), para assim desenvolverem atividades como, por exemplo, a leitura da Bíblia, sempre refletida a partir das condições de vida dos fiéis. As CEBs se organizaram no Brasil, principalmente, a partir da década de 1960 sob influência da Teologia da Libertação, sua atuação “desenvolveu-se, com especial ênfase, no campo, objetivando realizar a reforma agrária. [...], conscientizar a todos do processo de expropriação capitalista no campo” (ZANINI, BACCEGA, ZAPPIA, 2011, p. 101).

lheres “chefes de família”, que vem sendo objeto de estudo para pesquisadores de vários campos de saber no Brasil (LIMA, p. 26, 2017. Grifo do autor).

Nesse sentido, observa-se que o engajamento de mulheres de diferentes idades se deu a partir das experiências e desejos construídos ao longo de suas vidas. Contudo havia algo que as unia, a dificuldade de ser camponesa sem-terra no semiárido piauiense; eram mulheres que se apresentavam como indivíduos que tiveram uma vida de dificuldades, marcada pela fome e necessidades de toda natureza, como por exemplo, falta de serviços públicos como escolas, para que pudessem trilhar a vida escolar. Além disso, por se tratar de uma região do polígono da seca a falta de água potável era um dos grandes problemas enfrentados pelos camponeses/camponesas na luta pela própria sobrevivência:

E era sofrido a gente lá [Curral Novo – PI], às vezes não tinha água, a gente ia buscar na distância de 12 quilômetros, a água para beber, pra lavar. Era muito sofrida a vida lá, mas a gente era feliz [...], a gente brincava, trabalhava, ajudava os pais, respeitava muito também (MARIA DE JESUS, 51 anos, 2017).

A difícil realidade no campo piauiense pressionava para as camponesas e os camponeses lutarem por transformações, e assim muitos passam a engrossar os movimentos no campo, principalmente aqueles ligados a CPT. E a partir de 1985, passam a conhecer o MST, que por intermédio da CPT e da Igreja Católica, passa a se aproximar dos camponeses e a realizar encontros de formação que contavam também com uma forte presença feminina, pois algumas mulheres do campo já conheciam e integravam o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR.

O Movimento Sem-Terra começou no Piauí em 85, logo após o Congresso Nacional do Movimento Sem-Terra em 85, começou então uma articulação aqui no Piauí, e essa articulação, ela se deu, no início, basicamente através da CPT, a CPT que articulou o Movimento Sem-Terra no início. Como se deu isso? Bom, a CPT deu toda a sua estrutura sim, sua estrutura é para fazer a articulação do Movimento. Então veio uma pessoa do Paraná que se chamava Justino, e a mulher dele que eu não me recordo o nome, se era Paula ou Ana né, e vieram para o Piauí para começar a articular o Movimento Sem-Terra, eles... Como se dava essa articulação? Essa articulação, ela se dava basicamente nos encontros da CPT né, então onde tinha... a CPT tinha articulação e o Justino ia até lá para fazer reunião, explicar o que era o Movimento Sem-Terra, quais eram os objetivos do Movimento Sem-Terra, ele participava das reuniões que a igreja fazia, articulada pela CPT, ou mesmo pela paróquia na qual ele ia (SOUZA, 1997, p. 01).

Dessa forma, o Movimento das/dos sem-terra piauienses passa a se estruturar, a partir das reuniões realizadas nas comunidades do semiárido do esta-

do do Piauí. É importante mencionar que as camponesas e os camponeses contavam sempre com o apoio dos setores mais avançados da Igreja Católica. O que pode ser observado nos relatos de Anísia (56 anos), que era liderança na época “Foi a partir da Igreja, porque a gente aproveitava o embalo da celebração para jogar a proposta, era do espaço que a igreja cedia que a gente ia começando a conversar com as pessoas e sempre usando a leitura bíblica”. Isso demonstra que a religiosidade foi elemento importante na propagação das ideias do MST no Piauí.

Arcanja (57 anos), que era dirigente do grupo de jovens em sua comunidade, afirma a importância do Movimento Sem Terra no fortalecimento de lutas que já vinham sendo desenvolvidas pelos/pelas camponeses/camponesas, como, por exemplo, a luta por educação, para que pudessem continuar os estudos. Acreditavam que com o Movimento poderiam ter mais força para lutar pela educação no campo, uma vez que, a educação era um setor muito valorizado dentro do Movimento Sem Terra. Por isso, muitos como é o caso de Arcanja (57 anos) agradecem ao MST, o fato de terem conseguido continuar com a educação formal, e assim chegar e concluir o ensino superior:

Na minha vida [o MST] foi tudo né, porque a partir dele que, acho que eu sinto que eu nasci, a minha visão foi outra né, eu cresci comecei a estudar, cheguei a me formar, trabalhar. Hoje eu estou em casa, mas tô muito feliz porque a formatura que eu tive me ajudou a superar a dificuldade que eu fiquei [hoje Arcanja tem alguns problemas de saúde e estar aposentada], eu sinto muito isso (ARCANJA, 56 anos, 2017).

Esse sentimento pelo Movimento pode ser entendido pelo fato de o MST não estar apenas preocupado com a conquista da terra, mas também com outros direitos que historicamente foram negados aos camponeses/camponesas. Logo, como afirma Maria de Jesus (52 anos), a luta deles/delas quando iniciaram no MST não era só por terra, mas por todos seus direitos como água e educação, e no caso deste último pode-se dizer que eles conseguiram avançar bastante.

Nesse processo de construção do Movimento e ao mesmo tempo da primeira ocupação no Piauí, temos a formação política dos/das militantes como um elemento que ocupa espaço nas memórias das militantes entrevistadas. A formação era considerada pelas lideranças nacionais do MST como uma prioridade para a construção do Movimento e das ocupações no Piauí. De maneira geral, as entrevistadas comentaram sobre a participação em vários eventos de formação e como isso foi fundamental para o êxito durante os processos das ocupações de terra desenvolvidas no Estado.

A formação política possibilitava aos camponeses e às camponesas se entenderem como sujeitos que atuavam e atuam no seu próprio *fazer-se*, a partir da perspectiva thompsonsiana, a qual entende que isso não ocorre de forma totalmente autônoma, mas dentro de condições e situações objetivas, determinadas historicamente. Por isso, pode-se afirmar que a consciência social não funciona como algo determinado (imutável), mas se transforma (avança e retrocede) dia-

leticamente segundo as experiências vividas que podem ser de ruptura ou continuidade, e desta mesma forma construindo memórias coletivas.

Nesse sentido, após a formação política fazia-se necessário colocar em prática a palavra de ordem dos 1º Congresso Nacional dos Sem Terra¹², “Ocupação é a única solução”. A partir de então se inicia o processo de organização para primeira ocupação do MST em terras piauienses; era necessário escolher a terra e traçar as estratégias para concretização da ocupação. Nesse momento é importante ressaltar a intensa participação feminina nesse processo, desde convencer os camponeses e as camponesas da necessidade da ocupação, até participar de todo o processo no dia da ocupação.

A atividade de ocupar, segundo Caldart (2012), faz parte do processo do *fazer-se* Sem Terra, ou seja, participar do ato de ocupar transforma o/a camponês/camponesa em sujeito do fato histórico que está sendo construído. Assim, a participação dos camponeses e camponesas reflete uma nova postura que os/as mesmos/mesmas passam a assumir dentro do processo de transformação do campo. A experiência do ato de ocupar e de todo o processo, antes e depois do dia 10 de junho de 1989 (dia da ocupação), fica guardada na memória daqueles e daquelas que, pela luta e enfrentamento direto, conseguiram um “pedaço de chão” para plantar. A ocupação faz parte da vida do/da Sem Terra, é por meio dela que o/a camponês/camponesa consegue sua emancipação no campo:

Para o MST, o ato de ocupar a terra – que eles chamam de “cortar o arame” – é a pedra de toque do movimento. É o batismo de fogo para o militante, uma parte essencial da sua identidade. Desempenha papel-chave na *mística*, o momento do teatro coletivo e da formação do mito que marca o início de todos os eventos do MST (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 99).

No caso da ocupação da Marrecas, o medo fazia parte da maior parte da viagem de caminhão que durou para maioria das famílias cerca de 12 horas. Aos poucos em meio aos cânticos religiosos o medo ia dando lugar a emoção da realização do sonho de conseguir a tão sonhada terra própria, e segundo as narrativas das militantes, as mulheres compunham grande parte das pessoas que iniciaram a ocupação, como foi o caso de Arcanja (57 anos) e Anísia (56 anos) que foram as primeiras integrantes de suas famílias a participarem da ocupação. No caso de Arcanja (57 anos) é importante mencionar que ela era a única mulher da família, e foi justamente a protagonista do processo no seio familiar. Já Anísia (56 anos) conta como aconteceu:

¹² O 1º Congresso Nacional do MST aconteceu em Curitiba entre os dias 29 e 31 de janeiro de 1985, e contou com mais de 1.600 delegados de todo Brasil, foi a partir de então que as ocupações de terras promovidas pelo MST se multiplicaram pelo Brasil (MORISSAWA, 2001).

Eu mesmo ficou [em Simões¹³] pai, ficou mãe, ficou namorado e aí aquela adrenalina, mas eu não tava pra ninguém, eu queria vim [Marrecas], eu queria era vim, eu não tava nem aí, só que com um mês depois eu já tava doida pra voltar pra lá de novo com saudade, mas no dia mesmo ninguém me segurava, tanto que eu caí do carro no caminho, caí do carro no caminho na subida de uma ladeira, mas vim, arrastando a perna, mas vim. Depois a gente voltou, foi buscar pai mais a mãe, terminou vindo a família toda (ANÍSIA, 56 anos, 2017).

Observa-se que em muitas famílias, as mulheres foram pioneiras na luta pela terra como foi o caso de Arcanja (57 anos) e Anísia (56 anos). Marcos Lima (2017), em sua pesquisa sobre assentamento Marrecas – PI, analisou a presença de Dona Antônia (78 anos) que teve um papel fundamental nesse assentamento, tornando-se uma das pioneiras na luta pela terra naquele estado.

A ocupação da Marrecas representou o primeiro grande passo para que os camponeses e as camponesas piauienses passassem a construir coletivamente a identidade de Sem Terra, resistindo, se organizando e produzindo coletivamente. E agora depois de derrubar a cerca e cortar o arame era necessário organizar o acampamento, que contava com pessoas de várias localidades e com pensamentos distintos, era o momento de levantar a lona preta¹⁴ e enfrentar novos desafios:

Veio gente de várias comunidades e vários municípios, e a gente veio né, quando nós chegamos aqui [Marrecas], nós saímos de lá [Curral Novo], muitas famílias né, lá na minha região saiu um carro cheio né. [...]. Quando nós chegamos aqui encontramos outras famílias, muitas famílias que a gente nem conhecia, mas foi assim todo mundo se juntou e era como se já conhecia né, que todo mundo era da mesma realidade, tinha os mesmos objetivos e lutava pelos mesmos ideais né, todo mundo já vinha preparado, já sabiam o que queria né, e outros desistiram uns que vieram né, desistiram chegaram e voltaram (MARIA DE JESUS, 51 anos, 2017).

Agora com a terra ocupada, era necessária muita organização para levantar o acampamento, dividir as equipes e se preparar para os possíveis enfrentamentos. De acordo com os relatos a primeira atividade foi a construção das barracas de lona, para passarem os primeiros dias. Além disso, o período de acampamento que duraria cinco anos estava apenas iniciando, e as lembranças das entrevistadas sobre o mesmo apontam para o importante papel das mulheres durante todos esses anos.

¹³ Cidade localizada na região sudeste do Estado do Piauí, faz divisa com Pernambuco, com população de aproximadamente 14 mil habitantes. Ver IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>.

¹⁴ “A lona preta é mais do que uma barraca, é um rito de passagem, o caminho para a conquista da terra. É símbolo da luta pela Reforma Agrária. A lona preta é o retrato da luta cotidiana do Movimento contra o latifúndio, a as injustiças sociais existentes no país”. Ver MST <http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>.

As atividades e tarefas eram desenvolvidas de forma solidária e coletiva, essa é uma marca do Movimento, que fica mais presente durante o período de acampamento, como afirma Stédile (1999, p. 115) “Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança”.

Outro elemento era a participação de todos/todas nas assembleias, que além de servirem para organizar o acampamento, também era o espaço para formação política. Inácio (54 anos), jovem liderança da época da ocupação, afirma em sua entrevista, lembrar bem dos estudos “as assembleias de formação você lia alguma coisa sobre Che Guevara, e sobre Luís Carlos Prestes, e a questão da luta mesmo”. Isso mostrava que a preocupação não era só com a conquista da terra, mas com a ideia de transformação do homem e da mulher do campo em sujeitos ativos e conscientes dentro do processo.

Logo, após levantar o acampamento e dividir as equipes, era hora de planejar as estratégias para a permanência e consolidação do acampamento. As demandas como alimentação, educação e infraestrutura demonstravam que a luta estava apenas começando e, para conquistá-las, seria necessário muita organização e perseverança. Diante destas dificuldades, algumas famílias voltaram para suas regiões, o medo de serem expulsos pela polícia era constante, embora a polícia não tenha chegado nos primeiros dias ela não tardaria. Anísia (56 anos) lembra quando a polícia chegou, a mando da família Paes Landim (dominavam politicamente a cidade), e se instalou ao lado do acampamento, a partir de então foi uma pressão psicológica que terminaria com a desistência de uma parte dos/das acampados/as:

A polícia chegou tava todo mundo na expectativa na frente para enfrentar. Todo mundo tava de cassetete na mão, mulher, homem não tinha disso não, [...], grávida, criança, todo mundo mesmo, não tinha disso não, de ficar escorando em ninguém [...]. Eles fizeram acampar bem ali [próximo de onde fica a escola atualmente], é porque a casa grande caiu, ele fizeram foi acampar, ai tinha um Capitão Lopes, que ele na época atuava na cidade de Pio IX, e aí ele chegava aqui amedrontando o pessoal que já conhecia ele. Ele já chegava amedrontando o povo que ia botar fogo em tudo, ia queimar e ia vir batalhão não sei da onde, [...], ele trouxe um caminhão para levar o povo e levou, [...] mas era só conversa dele, era só jogada dele, mas nós resistimos graças a Deus (ANÍSIA, 55 anos, 2017).

Embora não tenha tido enfrentamento direto, os dias em que a polícia esteve no acampamento foram de grande medo, até que chegaram ao local oficiais superiores da polícia militar do estado do Piauí, com ordens para a polícia deixar a Marrecas, permitindo que os/as camponeses/camponesas continuassem onde estavam.

A produção era outra preocupação do Movimento, pois a alimentação era muito precária, de acordo com a entrevistada Maria de Jesus (52 anos) a presença de crianças e mulheres na atividade produtiva era comum, mostrando que esta era coletiva e envolvia a todos e todas. E ainda segundo as narrativas, a participação feminina acontecia desde o processo de plantação que era conside-

rada como “atividade mais pesada”, até o processo de colheita. Essa divisão da produção, por sua vez, era proporcional às necessidades de cada família.

As narrativas sobre a presença das mulheres na produção contradizem até certo ponto a ideia de que “em geral a mulher não é reconhecida como trabalhadora agrícola ou não deseja para si esse papel [...]” (CARNEIRO, 2007, p. 60). Para os que comandavam o acampamento, dentre essas pessoas algumas mulheres, as mesmas representavam um importante grupo no desenvolvimento do processo produtivo e do próprio acampamento Marrecas.

Pelos relatos, nota-se também que a grande participação de mulheres acontecia em todos os setores não só na produção, como por exemplo, na segurança, que segundo as entrevistadas era uma tarefa que exigia muita coragem, característica muitas vezes atribuída aos homens. Pois, segundo as narrativas em praticamente todas as equipes de segurança havia mulheres, mostrando que elas também foram um segmento fundamental dentro de todo o processo. Pode-se exemplificar esse pensamento a partir de duas das mulheres que fazem parte deste trabalho, Anísia (56 anos) e Arcanja (57 anos). Ambas na época ainda jovens foram lideranças no processo de mobilização da ocupação e foram as primeiras de suas famílias a participarem do Movimento, assim como da ocupação.

Todavia, como mencionado anteriormente, sabe-se que as mulheres dentro do Movimento não tinham, e não tem os mesmos direitos que os homens, pois as transformações culturais são um processo lento, e dentro do MST refletiam a maior parte dos elementos da cultura patriarcal que predominava e ainda predomina na sociedade. Porém, não se pode negar que as transformações vivenciadas por essas mulheres camponesas possibilitaram a construção de outras formas de compreender o campo e os sujeitos (homens, mulheres, jovens, crianças, etc.) que constituem esse espaço.

[...] quando a mulher participa da organização e de um prolongado processo de ocupação e luta pela terra, ela começa a desnaturalizar sua condição histórica de subordinação e desempoderamento. Contudo, ao mesmo tempo em que a luta social traz a mulher para a arena sociopolítica, permanecem muitos aspectos das tradicionais relações e hierarquias de gênero (SCHWENDLER, 2015, p. 96).

Deste modo, a experiência das mulheres na luta pela terra, incide na consciência das mesmas, transformando a forma de se entenderem no processo histórico, indo de objeto a sujeito transformador de sua própria realidade. Esse acesso às decisões, durante o período de acampamento, vai instrumentalizando as mulheres na luta pelos seus direitos e igualdade de gênero dentro do Movimento Sem Terra, mesmo que isso consista em luta contra estruturas do próprio MST.

Na ocupação da Marrecas não podemos deixar de comentar sobre o papel das mulheres no setor de educação. As memórias do acampamento revelam que desde os primeiros meses da chegada das famílias ao acampamento ti-

nha-se a preocupação em formar uma equipe para ser responsável pela organização e coordenação das atividades educacionais dentro do acampamento:

E aí foi discutido para tirar as pessoas que tinham experiência para começar a trabalhar na educação das crianças, aí nós fomos escolhidas. Agora já dentro, no local já tinha um barracão [...], aí eles faziam uns banquinhos, já ouviu falar em carnaúba¹⁵, fazia o banco de carnaúba e a gente começou a trabalhar com as crianças. [...] não era só estudar você precisa ler, escrever, cantar também, mas nós estudava mais a história da luta pela terra, não era o Movimento que a gente estudava, que as crianças não entendiam né? Mas, porque que a gente tava aqui [na ocupação]? Porque que a gente saiu da comunidade pra vir pra cá? [...], mas aí veio à discussão para jovens e adultos as crianças estão estudando, ninguém falava em dinheiro não, era trabalho voluntário mesmo, foi dois a três anos voluntário, que ajudou muito que o que valia era experiência né, que eles não tinham antes e aprofundou com a experiência, já o pouco que tinha a gente passava (ARCANJA, 56 anos, 2017).

Observa-se, portanto, que a preocupação com a educação das crianças era uma prioridade no acampamento. Mesmo em condições precárias, os dirigentes do acampamento trataram logo de organizar e colocar em funcionamento uma escola. As pessoas que podiam contribuir com a educação eram retiradas da lavoura para se dedicar e pensar a educação no acampamento.

Nota-se que as pessoas responsáveis pela educação eram mulheres, assim como as primeiras professoras, que iniciaram um trabalho com as crianças do acampamento. Cabe neste momento uma reflexão sobre serem as mulheres a desenvolverem essa tarefa, em parte isso pode ser explicado porque as duas pessoas com maior escolaridade eram mulheres, Anísia (56 anos) e Arcanja (57 anos). Mas também podemos refletir sobre a aproximação dessa atividade com as mulheres, uma vez, que a profissão de professora do ensino infantil é historicamente relacionada à ideia de maternidade e sentimentos atribuídos às mulheres.

É importante salientar também que durante os primeiros meses, as professoras não recebiam salário, realizando um trabalho voluntário, apenas participando da divisão da produção, então essa realidade do acampamento mostra como funcionava o trabalho coletivo, onde se dividia a produção proporcionalmente, mesmo que nem todos estivessem envolvidos diretamente na produção.

Destarte, no momento em que se constrói a escola no acampamento não se constrói apenas um espaço para que as crianças, jovens e adultos tenham uma educação escolarizada, mas acima de tudo, para que aqueles/aquelas mili-

¹⁵ Carnaúba é uma árvore muito comum nos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão, ela tem uma importância econômica, usada na fabricação de vários produtos artesanais e industriais, ela, juntamente com o babaçu e a maniçoba, foram responsáveis por um importante ciclo econômico na primeira metade do século XX, no Piauí, hoje, mesmo não representando os principais produtos da economia piauiense, tem uma importância econômica para uma camada pobre da população rural do Estado (CARVALHO, 2008).

tantes se tornem sujeitos que compreendam e intervenham na sua própria realidade. Quando Anísia (56 anos) e Arcanja (57 anos) relatam que não ensinavam apenas a ler e a escrever, mas também sobre a luta pela terra e do por que estejam no acampamento, observa-se que a educação/escola atinge um propósito maior, de formação do indivíduo a partir de sua própria realidade, procurando também identificar elementos que possibilitem transformar essa realidade:

[...] não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST, se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola. Somente quando passamos a olhar para o conjunto do Movimento, e com a preocupação de enxergá-lo em sua dinâmica histórica (que inclui a escola), é que conseguimos compreender que *educação pode ser mais do que educação*, e que *escola pode ser mais do que escola*, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nessa realidade (CALDART, 2012, p. 225-226, grifo do autor).

No tocante à luta por educação no assentamento, a memória coletiva do grupo é marcada por enfrentamentos com o poder público da cidade de São João do Piauí. Um dos problemas era a exigência de registro da escola no Ministério da Educação, para isso, a escola do assentamento deveria estar vinculada à prefeitura da cidade de São João do Piauí. Porém, a relação dos militantes do MST com a prefeitura não era nada amistosa, logo, seria necessário ações de enfrentamento contra prefeitura da cidade e a estratégia era ocupar a prefeitura:

Nós vamos ocupar a prefeitura e vamos levar todas as crianças nesse dia, foi muito engraçado. [...]. E aí nós chegamos lá os meninos já sabendo tudo que ia fazer, como que a gente ia fazer, e quando o trator parou na porta da prefeitura e os meninos não podia descer que o trator era alto né, a gente pegava menino por menino quando a gente botava o menino no chão esse corria dentro da prefeitura aberta, aí o povo viu, ficava pela janela, ainda hoje eles lembram disso, até quando pulou o derradeiro, aí chegou o outro [trator], aí ele “ainda tem mais pelo amor de Deus!” não para moço agora que nós vamos chegar (ARCANJA, 56 anos, 2017).

Essas atividades necessitavam de coragem e organização, e eram pensadas e conduzidas pelas mulheres professoras, demonstrando o protagonismo das mulheres na luta por educação no acampamento. Notamos assim que as mulheres (mães, filhas e esposas) participavam do processo construção do assentamento e do próprio MST atuando nas mais diferentes frentes e setores, em especial o setor de educação. Esse foi um debate que foi ficando mais evidente à medida que a análise foi avançando.

Assim sendo, observa-se a presença de mulheres à frente de suas famílias e da luta pela terra, como foi o caso de Arcanja (57 anos) e Anísia (56 anos), foram elas que lideraram o setor de educação dentro da Marrecas, contribuindo para a formação e fortalecimento desse processo. Da mesma forma, Dona Antônio (78 anos) que se tornou uma das lideranças do acampamento e mais tarde

do assentamento, fazendo parte do setor de produção de remédios, e muitas vezes funcionando com uma guardiã da memória do assentamento.

Portanto, a partir da análise de como se constituiu o MST compreendemos seu projeto social e suas ações para transformação do campo. Dentro desse processo constatamos que as conquistas não seriam possíveis sem a presença feminina, embora sem ocuparem o mesmo espaço designados aos homens, realidade que vem sendo alterada diariamente com o avanço das discussões de gênero no interior do Movimento.

Á guisa de conclusão, afirma-se que o protagonismo das mulheres camponesas é um elemento importante e necessário em meio a uma sociedade extremamente marcada pelo machismo, sexíssimo, onde cotidianamente as mulheres vivenciam as diferentes formas de violência (psicológica, simbólica, física e, até mesmo, a morte), tanto nos espaços urbanos como rurais. Nesse sentido, a luta das mulheres também se realiza no Movimento Sem Terra do Piauí, por meio das memórias das militantes na construção do Assentamento Marrecas.

Referências

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

BRANFORD, S.; ROCHA, S. **Rompendo a cerca:** a história do MST. Tradução de Rubens Galves Merino. 1. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2004. 400 p.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: _____. **Projeto popular e escolas do campo:** por uma educação básica do campo. Coleção Por uma educação Básica do campo n° 3. Brasília, DF: GEPEC, 2000. p. 39-95.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 440.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARVALHO, J. N. F. de. **Pobreza e tecnologias sociais no extrativismo da carnaúba.** 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

FARIAS, M. de F. L. de. Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 16., 2011, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308085912_ARQUIVO_MARISA_LOMBA_DE_FARIAS_14.06.2011.pdf>. Acesso em: 3 maio 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

LIMA, M. F. **O MST e a luta pela terra no Piauí:** história e memórias familiares (1989 – 2014). 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

- MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12. jan./jun. 2008.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **História: a afirmação de muitas histórias**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 256.
- NUNES, S. P. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de desenvolvimento rural. **Desser boletim eletrônico**, Curitiba, n. 157, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2017.
- SADER, É. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educ. rev., online**, n. 55, p. 87-109, 2015. ISSN 0104-4060. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.39833>>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- SILVA, C. B. da. Relações de gênero e subjetividade no devir MST. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21702.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- SOUZA, M. G. **Entrevista referente à pesquisa memorial**. Piauí: Coordenação Estadual do MST, 1997.
- STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 167 p.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária: Árvore da Liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. **A formação da classe operária: A maldição de Adão**. Tradução de Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- _____. **A formação da classe operária: A força dos trabalhadores**. Tradução Denise Bottmann. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cad. Pagu**, [online], n. 24, p. 127-152, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000100007>>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- ZANINI, C. F.; BACCEGA, M.; ZAPPIA, R. B. A Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres na América Latina. **História e Perspectiva**, Uberlândia, v. 24, n. 44, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19361/0>>. Acesso em: 22 jan. 2017.